

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.369, DE 2003.

(Do Sr. Mauro Passos)

Dispõe sobre o assédio moral
nas relações de trabalho.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 2º do artigo 4º do Projeto de Lei a seguinte
redação:

Art. 4º

§ 2º Caso não sejam adotadas medidas de prevenção ao
assédio moral e sendo esse verificado, o empregador está sujeito a pagamento de
multa arbitrada pelo magistrado, de acordo com as peculiaridades de cada caso.

JUSTIFICAÇÃO

O assédio moral é indenizável, permitindo a legislação
nacional vigente que o Poder Judiciário possa apreciar a matéria e deferir a
indenização correspondente ao vitimado por assédio moral, concluindo-se que
descabe a estipulação de valores de multa, pois dará margem ao engessamento da
legislação.

O ajuste do limite de valores para patamares adequados à
realidade brasileira faz-se necessário, a fim de evitar lesões àqueles que compõem o
processo trabalhista, buscando não afastar da ordem jurídica garantias
constitucionais, princípio esse que garante o direito ao exame da questão pelo
magistrado, e que objetiva, dessa forma, uma justa prestação jurisdicional é que

oferecemos a emenda em questão, restando preservada no seu sentido mais claro e objetivo, a segurança jurídica.

Sala das Comissões, 29 de março de 2007.

Deputado **PAES LANDIM**